

O JOVEM EDUCANDO E O JOVEM VOLUNTÁRIO, SEGUNDO GESTORES DE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS EM DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS-SP

Luís Antonio **Groppo** – Unifal-MG

Agência Financiadora: CNPq

Resumo

O texto analisa ações educativas de caráter não escolar voltadas para jovens, no Brasil, a partir da noção de campo das práticas socioeducativas. São analisadas entrevistas com 9 gestores de instituições ou projetos de caráter socioeducativo, tendo os jovens como educandos e/ou voluntários, em 2 municípios da Região Metropolitana de Campinas-SP. É traçado o perfil das práticas das instituições e são analisadas as concepções de juventude, voluntariado e protagonismo juvenil que orientam suas ações. A pesquisa de campo indica que estas práticas socioeducativas ativam concepções diversas e díspares sobre jovem e juventude, buscando combinar concepções tradicionais e idealizadas - como a da juventude como transição, a visão romântica de juventude e a juventude como problema social - com concepções mais contemporâneas, adotadas pelas Políticas Públicas - como a do jovem como sujeito social e a do jovem como sujeito de direitos.

Palavras-chave: juventude, práticas socioeducativas, voluntariado, protagonismo juvenil.

O JOVEM EDUCANDO E O JOVEM VOLUNTÁRIO, SEGUNDO GESTORES DE PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS EM DOIS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS-SP

1. Introdução

As ações educativas de caráter não escolar voltadas para jovens, no Brasil, têm crescido em quantidade, diversidade e importância. Tornaram-se mesmo um dos principais eixos das políticas públicas de juventude, expressas no ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), mantidas pelo governo federal nos últimos anos. Neste trabalho, tento compreender estas ações a partir da noção de campo das práticas socioeducativas. Busco, também, avaliar as concepções de jovem e juventude que fundamentam estas

ações, a partir do discurso elaborado por gestores de programas, projetos e ações de caráter socioeducativo para jovens das camadas populares.

A pesquisa que deu origem a este trabalho teve como tema a participação das juventudes nas práticas socioeducativas e/ou de caráter não formal na Região Metropolitana de Campinas-SP (RMC). Seu objetivo era realizar uma caracterização das principais destas práticas que envolvem as juventudes das camadas populares na RMC, buscando compreender o sentido destas e suas perspectivas – real ou potencialmente - emancipatórias.

Dentro desta pesquisa, foi realizado, ao longo de 2013, o levantamento de práticas socioeducativas com jovens em dois municípios da RMC (Americana e Santa Bárbara d'Oeste) e entrevistas com alguns gestores destas práticas. A análise das entrevistas é o mote deste texto. Interessa compreender os sentidos atribuídos à juventude por estes gestores, que administram instituições, projetos ou ações de caráter socioeducativo que têm jovens como seus educandos ou voluntários. A inclusão da categoria de jovens voluntários nesta investigação se deve à importância que tal categoria adquiriu nas políticas sociais e nas políticas públicas de juventude no Brasil contemporâneo. A categoria, por vezes, aparece em termos correlatos, como “protagonismo juvenil”, “agente social”, “ator estratégico de desenvolvimento”, entre outros. É até característico, ao menos em programas públicos de transferência de renda a jovens que o mesmo educando jovem tenha, como contrapartida à bolsa, que realizar atividades de “desenvolvimento comunitário”, edificando a paradoxal categoria do “voluntário compulsório”. (Spósito, 2008).

2. As práticas socioeducativas e os jovens

Define-se práticas socioeducativas como as ações de caráter educativo que têm a intenção de intervir em problemas sociais vividos por seus educandos. Elas tendem a se dar fora da educação escolar e dos sistemas de ensino, mas é possível que ocorram no próprio espaço da escola e até mesmo em atividades geridas pela escola mas distintas das disciplinas inscritas no currículo oficial. (Grosso et al., 2013).

No Brasil, tem se constituído um campo social – na definição de Bourdieu (1989) – em torno das práticas socioeducativas. O campo social é um “espaço onde as posições dos agentes se encontram *a priori* fixadas. O campo se define como o *locus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que

caracterizam a área em questão”. (Ortiz, 1983, p. 19).

O campo das práticas socioeducativas no Brasil tem, como uma das suas principais origens, a educação popular e a educação nos movimentos sociais dos anos 1960, que tiveram sobrevida na resistência ao Regime Militar. Neste primeiro momento, se constituiu uma série de ações de caráter educativo não escolar para populações que estavam à margem dos sistemas escolares. Ações que tinham a intenção de intervir nos problemas sociais enfrentados por estas populações urbanas e rurais e que tinham, em seu horizonte, o desejo de uma transformação das próprias estruturas sociais, promotoras da desigualdade e da exploração. (Brandão & Assumpção, 2009).

Nos anos 1990, viu-se consolidar no Brasil o que é chamado de “mercado social”, em torno de organizações do chamado “terceiro setor” - algumas das quais eram, originalmente, entidades que assessoravam os movimentos sociais supracitados. Mais característicos do chamado “terceiro setor” têm sido as organizações não governamentais (ONGs) e as fundações empresariais (voltadas para a dita “responsabilidade social”). Estas organizações do dito “terceiro setor”, por vezes apresentado como sinônimo de “sociedade civil”, ganharam enorme projeção na atualidade, alçando mesmo a hegemonia no interior deste campo de práticas que combinam o “educacional” com o “assistencial”, o campo das práticas socioeducativas. Chegam mesmo a configurar um “mercado social”, subsetor econômico em que se investe, se busca o lucro, se consegue ocupação profissional e se constroem carreiras, ainda que uma larga base da força de trabalho venha do chamado voluntariado. (Grosso et al., 2013).

Contudo, ainda nos anos 1990, este crescente “mercado social” sustentou uma série de práticas socioeducativas que se autodenominaram ou foram denominadas como educação não formal. Pelo fato deste mercado estar em processo de regulamentação e institucionalização, praticamente sem leis que regessem de modo mais estrito suas práticas educativas, o termo educação não formal parecia adequado para nomear tais intervenções educativas não escolares que primavam pela criatividade dos educadores, pela livre escolha dos educandos e pela flexibilidade de métodos e conteúdos. (Simson, Park e Fernandes, 2001).

Dada a intensa produção de legislações e regulamentações pelo Estado, desde então, e dada a crescente especialização do próprio “mercado social”, este intervalo de tempo no qual primava a não formalidade parece ter se esgotado. Entre as leis e regulamentações,

destacam-se aquelas vindas da Assistência Social, mas também as que tratam da Educação, da Saúde, dos direitos da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, bem como as diversas políticas públicas. Também se deve citar a definição dos papéis dos diversos agentes sociais neste campo em formação: governo federal (em geral, financiador e fiscalizador), governos estaduais e, em maior medida, municipais (com papel de implementadores), organizações da sociedade civil (principais realizadores das práticas, em parceria com os governos), conselhos (reunindo a sociedade civil e/ou governos para tratar de temas como saúde, educação e proteção aos direitos das crianças, adolescentes, idosos, mulheres etc.), entre outros.

A concepção dominante no campo das práticas socioeducativas tem sido mais bem definida pela pedagogia social, cuja versão mais recente (Silva, 2010) tende a adotar o paradigma da “inclusão social”. O sentido do “social” é diverso daquele da educação popular, pois que se trata menos de transformar as estruturas sociais injustas e desiguais e mais de educar o indivíduo ou o grupo “excluído” (ou “em situação de risco”, ou “vulnerável”) para que ele tenha recursos ou condições (ou “capacitações”, ou “liberdades”, ou “capital social e humano”) que permitam-no ser “incluído” na sociedade vigente. Sociedade esta que é vista como dada, “natural”, pouco questionada mesmo em sua versão neoliberal contemporânea.

Diversas destas práticas socioeducativas têm como alvo – na qualidade de educandos, mas também de voluntários – os jovens. Da juventude legalmente estabelecida, é justamente sua faixa “adolescente” (dos 15 aos 18 anos) aquela mais atendida por tal campo. Três são os tipos de práticas mais voltados aos jovens, sobretudo a esta faixa adolescente: as medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei (subsidiando o setor judiciário para a infância e a adolescência); práticas a serviço das redes socioassistenciais, sobretudo municipais, que têm adolescentes como educandos; e programas de transferência de renda a jovens (subsidiando as políticas públicas de juventude). As práticas educativas subsidiárias das redes socioassistenciais dos municípios foram as mais proeminentes nesta pesquisa, dando mesmo o tom principal do campo das práticas socioeducativas para adolescentes e jovens nestas localidades.

3. As práticas socioeducativas e os jovens em Americana e Santa Bárbara d'Oeste

Americana e Santa Bárbara d'Oeste são dois municípios comurbados que fazem parte da RMC. Americana tinha, em 2013, 224 mil habitantes estimados e Santa Bárbara

d'Oeste, em 2008, 187 mil habitantes estimados. Os municípios têm população no campo e atividade rural muito pequenas, em contraste com suas atividades comerciais e industriais. Americana, cujos dados sociais e econômicos estão mais bem descritos, possui boa renda per capita e bons indicadores sociais, mas não deixam de sofrer problemas típicos de regiões metropolitanas. (Prefeitura de Americana, 2014; Município de Santa Bárbara d'Oeste, 2014).

Por isto, têm desenvolvido uma relevante rede socioassistencial, atendendo a legislação nesta área, instalando CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) em regiões tidas como de maior “vulnerabilidade social”, os quais articulam parcerias com instituições da sociedade civil que buscaram atender a Tipificação da Assistência Social e se enquadraram em suas categorias – em boa parte, desenvolvendo as práticas socioeducativas.

Em um levantamento inicial, foram encontradas, entre as entidades, projetos e ações de caráter socioeducativo, tendo os jovens principalmente como educandos, como dito, 14 menções. Entre os que declararam ter os jovens como voluntários, 21.

Entre as 13 instituições ou ações que têm os jovens como educandos, a maioria (9) pode ser classificada como tendo cunho socioeducativo: instituições para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco, ou para fortalecimento de vínculos e ainda de transferência de renda (Geração XXI), boa parte em parceria com o poder público, fazendo parte da rede socioassistencial de seu município. 2 se declaram como ações de inserção dos jovens no mercado de trabalho (ambas da “sociedade civil”, uma delas ligada à Igreja Católica). 2 podem ser classificadas como de inclusão de deficientes.

Entre as 21 instituições ou ações que têm os jovens principalmente como voluntários, a maioria (13) também tem caráter socioeducativo e se vincula às redes socioassistenciais dos municípios. Mas também aparece a categoria de entidades voltadas à promoção da saúde e terapêuticas: 6 ações. Há 2 asilos e 1 ONG que presta serviços voluntários para prevenção de suicídios.

Entre os indícios deixados por esta listagem, podemos afirmar que são pouco destacados os programas de transferência de renda para jovens, conforme modelo do ProJovem, Apenas o Geração XXI, que funciona em Santa Bárbara, por meio de uma entidade da sociedade civil, foi levantado, mas seus responsáveis não concederam entrevista.

Destacam-se mais outras ações educativas de caráter assistencial, ligadas ao fortalecimento de vínculos (um trabalho socioeducativo que visa tanto o adolescente quanto sua família), a adolescentes em vulnerabilidade ou risco (afastados, em geral temporariamente, de suas famílias), entre outros. São ações socioassistenciais que fazem parte das redes municipais e recebem verbas públicas, principal fonte dos recursos que mantêm estas ações. São muito importantes, neste sentido, as associações da sociedade civil: a maior parte delas segue menos o modelo das ONGs e mais o modelo tradicional das entidades filantrópicas e/ou de cunho religioso. Destas organizações da sociedade civil, a maioria conseguiu adequar-se à Tipificação da Assistência, qualificando-se para receber verbas públicas da Assistência Social.

4. As entrevistas e as instituições

Para a realização das entrevistas, foi seguido um roteiro com 22 questões, tratando de concepções sobre juventude, voluntariado, protagonismo juvenil e emancipação e questionando sobre os objetivos da instituição e o modo como os jovens participam dela, entre outras. Foram realizadas 9 entrevistas com gestores, cada qual representando uma instituição, projeto ou ação – identificadas como I1 a I9. Destas instituições ou ações, no momento da entrevista, 2 declararam ter jovens como educandos, 4 declararam ter jovens como voluntários e 3 declararam ter jovens tanto como educandos quanto como voluntários.

Das 9 instituições com gestor entrevistado, 6 são de Americana e 3 de Santa Bárbara d'Oeste. A maioria, 5 delas, são vinculadas à rede socioassistencial municipal. 2 são organizações sem recursos públicos, mantidas por doações e trabalho voluntário (I5 e I6). 2 são Instituições de inclusão de deficientes, mantidas por recursos públicos e doações privadas (I8 e I9).

De modo sintético, por meio das entrevistas, vislumbrou-se, nas instituições, primeiro, sua heterogeneidade: na origem histórica, na motivação e na atuação – prevalecendo ações vinculadas à rede socioassistencial dos municípios. Segundo, nota-se uma dualidade destas instituições, entre a formalidade de entidades que recebem recursos públicos e a maior informalidade das que não recebem – prevalecendo as que se articulam com maior formalidade, adequando-se à legislação para receber recursos públicos. Terceiro, a crescente profissionalização do campo, incluindo a especialização em pós-graduações *lato sensu* da maioria das gestoras – lembrando que se trata de um

campo em que, nas equipes técnicas, predominam as mulheres profissionais graduadas em Serviço Social. Quarto, a convivência entre a condição profissional formal e altamente especializada da equipe técnica, ao menos das instituições com maior formalização, e a condição mais precária e flexível de larga mão-de-obra composta de voluntários e estagiários – reproduzindo-se no campo das práticas socioeducativas, certa dualidade corrente em outros mercados de trabalho, em que uma elite de funcionários especializados, bem reumerados e com contratos formais, convive com uma massa de trabalhadores em situação precária e flexível. A peculiaridade do campo reside na presença dos voluntários como parte desta massa flexível de trabalhadores. O voluntariado sustenta este “mercado social” sob a justificativa dele ser, concomitantemente, um campo voltado à “inclusão social” e ao combate das vulnerabilidades enfrentadas pelas camadas pobres da população.

As instituições ou organizações que não têm cunho diretamente socioeducativo interessam ao trabalho pelo fato de contarem com jovens voluntários. E, em torno do voluntariado juvenil, constroem discursos sobre a juventude que são relevantes a esta investigação. Chama a atenção a I6, uma ONG voltada à humanização hospitalar, pela grande quantidade declarada de voluntários jovens (100). Há outra interessante dimensão educativa nestas ações que contam com jovens voluntários: a preocupação de algumas instituições com a preparação deste voluntário e sua formação, marcante em pelo menos três instituições.

5. Os sentidos da juventude para os gestores das práticas socioeducativas

Pesquisadores brasileiros da juventude costumam fazer uso de uma interessante tipologia sobre as concepções de juventude operadas pelas instituições sociais e pelas políticas públicas. Considero que a exposição mais bem acabada está em Juarez Dayrell (2002, 2003), inspirado em sociólogos franceses como Alain Touraine e François Dubet. (ver também Geber, 2010).

As imagens de jovem concebidas, segundo Dayrell (2003), costumam ser generalizadoras e descontextualizadas, gerando concepções limitadas de juventude que são bastante recorrente, expostas no quadro 1. Em contraposição, Dayrell propõe a concepção do jovem como “sujeito social”, ideia forte em Alain Touraine (1998).

Quadro 1: Tipologia das imagens de juventude, segundo J. Dayrell.

- a) **Juventude como transição** – imagem que tem o risco de negar o presente e as condições atuais dos jovens, focando a sua futura condição como adultos.
- b) **Visão romântica da juventude** – risco de reduzir a condição juvenil ao campo do lazer e cultura.
- c) **Juventude como crise e conflito** – risco de naturalizar questões psicológicas que também têm condicionamentos sociais e históricos.
- d) **Juventude como naturalmente “militante”** – risco de desconsiderar os limites da atuação social e política dos jovens e culpabiliza-los pelo “fracasso” em mudar a sociedade.
- e) **Vinculação do jovem à violência** – criação de estereótipos, especialmente contra o jovem pobre e negro, bem como desconsideração dos dados que indicam que são justamente estes jovens as maiores vítimas da violência.
- f) **Jovem como sujeito social** – imagem que valoriza a possibilidade de ação autônoma do jovem na busca de resolver seus problemas e construir projetos de vida, mas que demanda que sociedade e Estado fomentem recursos e habilidades que contribuam para esta atuação social da juventude.

Fonte: Dayrell (2003) e Geber (2010).

Furiati (2010) apresenta 9 formulações conceituais de juventude em torno de 3 matrizes discursivas, expostas no quadro 2.

Quadro 2: Matrizes discursivas e formulações conceituais de juventude, segundo N. Furiati.

I) Matriz Juventude como condição transitória:

1. *Transição para a vida adulta* (valorização do futuro e da condição adulta);
2. *Culturas juvenis* (foco nas modos de viver e nas formas culturais próprias criadas pelos jovens, mas que têm caráter transitório);

3. *Transições plurais* (reconhecimento de que a passagem para a idade adulta tornou-se mais difícil no capitalismo flexível atual, de que a passagem pode se dar em um aspecto antes de outros e pode ser reversível).

II) Matriz Juventude como problema e ameaça social:

4. *Problema da modernidade* (transgressão das normas sociais por meio de grupos juvenis desviantes);

5. *Mudança social* (jovem geração como motor da transformação social);

6. *Vulnerabilidade e risco social* (perigo dos jovens pobres sofrerem processos de exclusão social).

III) Matriz Juventude como solução social:

7. *Formulação Etária* (juventude como oportunidade demográfica: na atualidade, tem-se um grande contingente de jovens [em idade ativa ou produtiva], enquanto o futuro terá mais idosos e o século XX teve mais crianças).;

8. *Empoderamento Juvenil* (concepções do jovem como agente estratégico de desenvolvimento e do protagonismo juvenil, entre outros);

9. *Cidadania ativa* (jovem como sujeito de direitos).

Fonte: Furiati (2010).

Há de comentar que as concepções defendidas pelos sociólogos da juventude citados no início deste item, como Dayrell, costumam articular a ideia do jovem como sujeito social às formulações discursivas 3 e 9 citadas no quadro 2: transições plurais e cidadania ativa.

As imagens e matrizes dos quadros 1 e 2 devem ser tomadas como tipos ideias. Segundo Weber (1995), o tipo ideal é um artifício intelectual que dificilmente se apresenta em sua “pureza” na realidade, mas é muito útil para analisar esta mesma realidade e compreender o sentido principal das ações sociais. Isto deve nos lembrar que, nas suas concepções concretamente elaboradas, os indivíduos e instituições combinam diferentes discursos, formulações e matrizes. Devemos nos lembrar também que costuma haver uma diferença entre as concepções oficiais e/ou academicamente

legitimadas em relação às concepções efetivadas pelos indivíduos e grupos na realidade concreta. Sem contar que pode haver uma discrepância entre o discurso oficial que ilustra uma ação política (como uma política pública) e o próprio sentido desta ação.

No segundo caso, diversos analistas (como Sofiati, 2013) têm indicado a distância entre o discurso oficial do governo federal em relação aos jovens (no governo Lula, o jovem como “sujeito de direitos”, próxima à formulação 9 do quadro 2) e o caráter supostamente assistencialista das políticas públicas de juventude, muitas vezes legitimando-se com a imagem do jovem vulnerável e violento (formulação 9 do quadro 2 e imagem d do quadro 1).

Mas é em relação ao primeiro caso, a distância entre o discurso oficial e as concepções dos atores e instituições no microcosmo da vida social, que este trabalho pode trazer dados mais relevantes. É que, justamente agora, ele se debruça sobre o discurso, ou discursos, em relação à juventude ostentados por gestores de práticas socioeducativas. Práticas que, se imaginar, devem concretizar as concepções dominantes, expostas nas Políticas de Assistência Social e nas Políticas Públicas de Juventude.

Algumas das representações sobre a juventude dos gestores entrevistados são apresentados no quadro 3, que traz as respostas à questão 1 (“O que é ser jovem, para você?”).

Quadro 3: Respostas dos gestores à questão 1 (“O que é ser jovem, para você?”).

I1: É ter uma grande expectativa da vida, pois não é a idade que nos indica se somos ou não jovens, e sim uma cabeça saudável e sonhadora com os pés no chão.

I2: Ser jovem é uma etapa do desenvolvimento humano, onde o adolescente começa a focar suas escolhas diante dos objetivos que tem vida adulta.

I3: Ter perspectiva de futuro, uma base familiar, aceitação de suas ideias. É preciso trabalhar a prevenção com o jovem.

I4: Ser jovem é possuir menor experiência. É uma etapa anterior do nosso processo de maturidade.

I5: Ser jovem é viver a vida com muita energia, ser questionador e idealista.

I6: Independente da idade, o jovem está na cabeça da pessoa. Por exemplo, no nosso grupo sou um dos mais velhos e alguns me chamam de “vô”. Embora eu tenha cinquenta anos, eu me sinto mais jovem do que quando tinha vinte, resultado de tudo que faço hoje e naquela época eu não dava importância.

I7: Para mim, ser jovem é ter sonhos e lutar para alcançá-los, ter determinação e não se deixar vencer pelos obstáculos que muitas vezes encontramos pela frente e viver intensamente, viver cada minuto como se fosse o último de nossas vidas.

I8: Ser jovem é ter liberdade de expressão, liberdade, sem perder o equilíbrio, é acreditar e ter esperanças no futuro.

I9: Ser jovem é enfrentar os desafios da vida com objetivo de acreditar nas mudanças para uma nova atualidade. É tecer a educação em uma sociedade marcada por evidências políticas negativas; é lutar pelo futuro das novas gerações sem medo de ser justo; é sempre caminhar em busca de novas perspectivas, em busca da Esperança.

Em relação à questão 1 (quadro 3), consideramos que houveram 17 respostas. As respostas mais frequentes podem ser associadas à categoria “juventude como transição”, com 5 respostas, entre as quais “etapa do desenvolvimento humano para fazer escolhas” (I2) e “ter perspectiva de futuro” (I3).

Em segundo lugar, a concepção do jovem como naturalmente “militante” ou socialmente ativo, com 3 respostas, tais como “ser questionador e idealista” (I5 e I9) e “ter sonhos e lutar para alcançá-los” (I7).

A visão romântica do jovem e a ideia da “moratória vital” aparecem em terceiro lugar no quadro 3, com 2 indicações cada uma. Na visão romântica, a ideia de que ser jovem é “viver intensamente, viver cada minuto como se fosse o último de nossas vidas” (I7) e de “liberdade” (I8). A “moratória vital” é um termo criado pelos sociólogos Margulis & Urresti (1996) para se referir a algo que seria “natural”, biológico, aos jovens: sua maior energia e tempo de vida em relação aos adultos. A “moratória vital” aparece em respostas como “grande expectativa de vida” (I1) e “viver a vida com muita energia” (I5). Entretanto, pode se considerar que esta categoria (que não apareceu nas tipologias dos quadros 1 e 2) se enquadra na visão romântica de juventude. Com isto, a visão romântica de juventude teria 4 respostas, ficando ela em segundo lugar, e a do jovem “militante” em terceiro.

Outra categoria não prevista nas tipologias acima é a juventude como “estado de espírito”, como forma de ser que independe da idade. 2 respostas do quadro 3 (I1 e I2) cabem aqui.

As outras 3 respostas do quadro 3 vieram da I3. Uma delas diz que “é preciso trabalhar a prevenção”, indicando se conceber o jovem como problema, na condição de vulnerabilidade. Isto me pareceu um dado bastante positivo (apenas 1 resposta na categoria do jovem como problema), mas ele será relativizado a seguir, dada a sua grande frequência nas respostas à questão 3.

Já a questão 3, cujas respostas apareceram na tabela 1, tendeu a diminuir o caráter abstrato e generalista de algumas respostas, já que a questão levou os gestores a falar mais dos jovens com quem convivem no próprio projeto ou ação.

Ao distribuir estas respostas em categorias, compus a tabela 1. Ela considera as seguintes categorias, baseadas principalmente no quadro 2: visão romântica do jovem; visão militante do jovem; juventude como transição; jovem como problema social; jovem como sujeito.

Tabela 1: Qualidades e problemas apontados pelos gestores de práticas socioeducativas aos jovens atuais.

Categoria	Qualidades e problemas	Total
<i>Jovem como problema social</i>	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ drogas (<i>vulnerabilidade/ risco</i>) ⤴ drogas ⤴ substâncias lícitas e ilícitas ⤴ estrutura familiar deficiente/ abandono dos pais ⤴ falta de incentivo (<i>problema da modernidade</i>) ⤴ precárias condições sociais ⤴ falta de oportunidade ⤴ falta de limites pela ausência dos pais (<i>crise</i>) 	8
<i>Visão “romântica”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ dinamismo ⤴ facilidade de aprendizagem e adaptação ao meio ⤴ audácia ⤴ irreverência ⤴ inconsequência ⤴ materialismo e consumismo 	6
<i>Jovem como sujeito</i>	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ coragem ⤴ autonomia ⤴ os jovens são discriminados ⤴ os jovens não têm direito à opinião ⤴ falta de credibilidade ⤴ falta de oportunidades 	6
<i>Juventude como transição</i>	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ grandes oportunidades de carreira ⤴ facilidade de aprendizagem e adaptação ao meio ⤴ confiança e determinação ⤴ persistência 	5

	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ exigência pelos adultos de que os jovens façam escolhas determinantes de modo precoce 	
<i>Visão “militante”</i>	<ul style="list-style-type: none"> ⤴ postura reflexiva e questionadora ⤴ voluntariado ⤴ conscientização política 	3

As respostas da tabela 1 trazem com mais força a imagem do jovem como problema social. Se nas respostas do quadro 5, apareceu apenas 1, na tabela 1 foram 8 respostas (a que teve maior frequência). É verdade que esta visão foi bastante provocada pela própria questão, mas ela não exigia que se fizesse uso da imagem do “jovem problema”. Entre estas 8 respostas, a maioria se enquadra na categoria “risco e vulnerabilidade” (segundo a tipologia do quadro 2), todas a partir de “problemas” apontados aos jovens atualmente. Estas respostas apareceram em gestores dos mais diversos tipos de instituição ou projeto, e não apenas aqueles de origem religiosa ou mais antigos, mais ligados à “caridade”, como poderia se esperar.

Outra diferença, mais positiva, é a presença de respostas que aludem à imagem do jovem como sujeito (de direitos e/ou sujeito social). São 6 respostas (a segunda mais frequente, ao lado da imagem “romântica” do jovem). Não houve nenhuma resposta nesta categoria para a questão 1. Primeiro, é preciso considerar que as respostas associadas a esta imagem são passíveis de muitas interpretações, e não é forçoso dizer que poderiam caber em outras categorias. De todo modo, entre elas, 2 apenas são “qualidades” apontadas pelos gestores: coragem e autonomia. Considero que tratam do jovem como sujeito pois se referem menos ao futuro, a algo a ser vivido pelo indivíduo como preparação para sua condição adulta, e mais ao presente, mas não como “curtição” deste presente (o que é típico da imagem “romântica” do jovem), e sim como forma de enfrentamento das dificuldades do contexto sócio-econômico presente. Outras 4 respostas nesta categoria vêm de “problemas” apontados à atual condição juvenil: problemas que têm como fonte a sociedade e Estado, que não permitem os jovens usufruírem ou desenvolverem de habilidades a que têm direito (igualdade, opinião, crédito e oportunidades).

O tipo de instituição ou projeto, bem como a formação recente das gestoras, parecem ter feito diferença na frequência relativa desta imagem, o jovem como sujeito, em comparação com as demais: da I7, I8 e I9 – com tom menos “assistencialista”, com discurso mais técnico e profissional. Pode significar uma maior adesão de parte das instituições e gestores ao discurso oficial do “jovem como sujeito de direitos”. Entretanto, esta influência não é a mais importante e os gestores fizeram coabitar em suas respostas categorias díspares e mesmo contraditórias. Por exemplo, a gestora da I9, nas suas respostas, trouxe a imagem do jovem como sujeito e do jovem “militante” ao lado de duas respostas que remetiam ao jovem como problema.

A visão “romântica” do jovem foi, como dito, ao lado do jovem como sujeito, a segunda imagem mais frequente na tabela 1, mesma posição ocupada no quadro 3. Uma diferença importante é que aqui, relativa aos jovens mais concretos, atuais, esta visão romântica foi associada a “problemas”, em especial “inconsequência”, “materialismo e consumismo”.

Se juventude como transição foi a mais frequente no quadro 5, na tabela 1 ocupa apenas a terceira posição (ao lado do jovem como sujeito), mas com uma frequência relevante: 5 respostas. Considerando o todo das respostas às questões 1 e 2, a juventude como transição é, ao lado da visão “romântica”, a mais forte entre os gestores, em respostas que tendem à idealização do jovem e da juventude.

Como síntese, podemos afirmar, primeiro, a permanência de imagens sobre a juventude que Dayrell há mais de dez anos considerou como limitadas, e que apareceram aqui com alta dose de idealização: a juventude como transição, a visão “romântica” da juventude, o jovem como problema social e o jovem como naturalmente “militante”.

Segundo, quando levados a pensar mais concretamente, os gestores tenderam a reforçar imagens que, a princípio, foram mais fracas: o jovem como problema social e o jovem como sujeito. Em relação à imagem do jovem como problema social, destaca-se especialmente o jovem vulnerável e sob “risco” social – considerando seus jovens educandos menos como sujeitos de direitos ou com capacidade autônoma, e mais como seres potencialmente anômicos. Em contrapartida, de modo positivo, foi mais presente na resposta à questão 2 a imagem do jovem como sujeito social e/ou como sujeito de direitos, revelando certa penetração do discurso oficial sobre a juventude e o sentido proposto pelas PPJs (Políticas Públicas de Juventude).

Terceiro, a heterogeneidade das respostas, pois nenhuma categoria foi taxativa e emblemática. Revela-se a heterogeneidade do próprio campo das práticas socioeducativas, sua formação complexa e contraditória, assimilando diversas camadas históricas e institucionais, bem como motivações religiosas, caritativas, filantrópicas, assistenciais, técnico-profissionais etc.

Quarto, a heterogeneidade aparece no interior das próprias respostas: muitos gestores misturaram diversas categorias de juventude em suas respostas, combinações em geral paradoxais e por vezes contraditórias. As combinações paradoxais nas definições fazem parte de uma difícil busca de dar conta da heterogeneidade do próprio campo das

práticas socioeducativas, no que se refere aos jovens (na verdade, não apenas). Além disto, estas combinações parecem vãs tentativas de dar conta de algo ainda mais difícil: os limites e as contadições destas práticas diante da complexidade e profundidade dos problemas sociais que têm de enfrentar (constatado também em programas em Florianópolis por Durandi & Furini [2007]).

Em questão sobre a opinião do gestor sobre o voluntariado, notou-se praticamente um consenso sobre sua importância. Também, a tendência a se legitimar o discurso oficial, em que ser voluntário é disponibilizar tempo gratuitamente para o auxílio ou serviço para o outro. Mas houve a presença, ainda que pequena, de outras fontes legitimadoras: a religiosa e filantrópica. Se nas definições de juventude e na descrição de suas qualidades (questões 1 e 2), pouco se falou do voluntariado (apenas 1 gestor), quando provocados, os gestores fizeram dela uma categoria importante, com adesão ao discurso oficial e à imagem propalada pela mídia e pelo assim dito terceiro setor.

Algo semelhante se deu com a noção de protagonismo juvenil, mas com uma contundência menor. Revela-se, tanto aqui quanto nas respostas sobre o voluntariado, o acúmulo e acomodações de discursos e concepções propalados oficialmente, ao longo do tempo. Jovem como “ator principal” foi a principal definição de protagonismo, indo ao encontro da versão oficial do terceiro setor, mas a penetração foi maior na retórica do que nas práticas. O protagonismo juvenil é mais pensado como forma de atuação com jovens para além das portas da instituição ou projeto, em tom comedido ou moderado (o tom do próprio terceiro setor).

Em contraponto, foi feita a questão sobre a noção de emancipação, termo mais consagrado e com maior número de concepções ao longo da história. A intenção era avaliar se estaria presente um tom mais democrático-participativo ou crítico nas respostas. Entretanto, predominaram as definições jurídicas ou legalistas de emancipação, seguidas da concepção liberal-individualista. Estiveram ausentes os sentidos coletivistas ou críticos, que tratassem da emancipação coletiva em relação às desigualdades da estrutura social. Isto revela certa aceitação desta estrutura, a qual os indivíduos e grupos devem se “incluir”. A emancipação é mais ou menos associada a adquirir capacidades e habilidades para se incluir no sistema social, justificando a adesão ao paradigma da “inclusão social” no campo das práticas socioeducativas.

Houve ainda questões sobre as características dos jovens educandos e voluntários. As respostas revelaram a tendência de adotar um olhar dual sobre os jovens: os jovens

educandos não parecem pertencer à mesma juventude daquela dos jovens voluntários. Entre as instituições ou projeto com jovens educandos, estes estão classificados como estando em situação de risco ou em situação de vulnerabilidade social, mas são qualificados pelos gestores como sendo participativos, colaborativos e buscando a inserção no mercado de trabalho (a ação primordial de “inclusão” no imaginário do campo, em especial quando trata de jovens). Quanto aos jovens voluntários, a princípio parecem pertencer a outras categorias de jovens, diferentes daqueles em risco ou vulnerabilidade, mais sob provocações, dois gestores citaram “voluntários” com tais problemas: estudantes de escolas públicas que visitam o asilo (I4) e adolescentes cumprindo medida socioeducativa (I8).

Outra questão que objetivava conhecer as concepções sociopolíticas dos gestores perguntava sobre o que a sociedade e o Estado poderiam fazer pelos jovens. As respostas trouxeram, em posição predominante, o Estado, mesmo porque a maioria das práticas geridas pelos entrevistados dependem de parcerias com o poder público. Os gestores tendem a considerar que o Estado tem realizado ações relevantes para os jovens, mas ele poderia fazer mais, em especial “políticas públicas”, “inclusão” e “educação”.

Para a questão acima, uma entrevistada chegou a comentar que era preciso ouvir mais os jovens. Mas foi justamente esta gestora quem respondeu com um categórico “não” a questão 17 (“Há participação dos jovens na elaboração e avaliação das ações de sua instituição?”). Como o paradigma do jovem como sujeito social apareceu de modo relevante na questão 2, a questão 17 se tornou ainda mais importante. Ela permitira responder: até que ponto tal paradigma se efetivaria nas práticas cotidianas deste campo? As respostas permitem afirmar que a efetivação da participação é pobre: ela é forte apenas nas duas organizações cujos gestores e membros são todos voluntários (I5 e I6). Nas que têm caráter socioassistencial, ela aparece apenas nas avaliações, e nem mesmo em todas.

Considerações Finais

Este trabalho teve, como ponto de partida, a constatação da importância das práticas educativas, institucionalizadas mas distintas da escola, para jovens no Brasil contemporâneo. Também, a constatação da relevância do jovem voluntário no discurso deste campo das práticas socioeducativas.

As entrevistas focaram a torrente dos discursos sociais sobre a juventude, efetivados no cotidiano das instituições do campo das práticas socioeducativas. Se imagina, a princípio, que tais práticas efetivariam as concepções dominantes de juventude e jovens expostas nas Políticas de Assistência Social e nas PPJs, nas quais o jovem é apresentado como sujeito social e/ou como sujeito de direitos. Mas não foi bem este o resultado. As concepções oficiais foram apenas alguns dos elementos nesta torrente discursiva.

As entrevistas indicam que as práticas ativam concepções diversas e díspares sobre jovem e juventude, buscando combinar concepções tradicionais e idealizadas - como a da juventude como transição, a visão romântica de juventude e a juventude como problema social - com concepções mais contemporâneas, e defendidas oficialmente pelas PPJs, como a do jovem como sujeito social e a do jovem como sujeito de direitos. A explicação reside, ao menos nos locais onde foi feita a pesquisa de campo, no modo como se construiu historicamente o campo das práticas socioeducativas. Nos municípios investigados, pertencentes à RMC, a rede socioassistencial, que efetiva parte importante das práticas socioeducativas com jovens, é formada por instituições e ações que são o resultado do acúmulo de diferentes momentos da história deste campo.

Neste sentido, este trabalho descreve uma determinada realidade, mas que podem trazer indícios a aplicar em um contexto mais amplo: primeiro, a permanência de concepções mais tradicionais e idealizadas de juventude, convivendo com outras de cunho mais recente e defendidas oficialmente pelas PPJs; segundo, a relatividade das práticas sociais, quando se trata de ativar as concepções ditas oficiais de juventude e as PPJs.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde: escritos sobre a Educação Popular ontem e agora**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, 28 (2), p. 117-136, 2002.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. 24 (2), p. 40-52, 2003.

DURANDI, O. C. S.; FURINI, D. R. M. Os jovens e os programas educativos em Florianópolis: uma frágil relação? In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007, p. 83-108.

FURIATI, N. M. A., 2010. **Juventude e Estado no Brasil**: a lógica constituinte do Conselho Nacional da Juventude no Governo Lula. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

GEBER, S. P. **Jovens educadores no contexto de uma ação pública voltada para a juventude na periferia de Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

GROPPO, Luís Antonio et al. **Sociologia da Educação Sociocomunitária**. Holambra: Setembro, 2013.

MARGULIS, M. & URRESTI, M. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (editor). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 13-30.

MUNICÍPIO DE SANTA BARABARA D'OESTE. Disponível em <http://www.santabarbara.sp.gov.br>. Acessado em 5/nov./2014.

ORTIZ, R. Introdução. A procura de uma sociologia da prática. In: _____. (org.). **Bourdieu: Sociologia**. (Col. Os Grandes cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1983, p. 5-30.

PREFEITURA DE AMERICANA. Disponível em <http://www.americana.sp.gov.br>. Acessado em 5/nov./2014.

SILVA, R. da (org.). III Congresso de Pedagogia social. **Revista de Ciências da Educação**. ano XII, n. 22, 1º sem. de 2010, p. 167-448.

SIMSOM, O. R. von; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. (orgs.). **Educação não-formal**. Cenários da criação. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 2001.

SOFIATI, F. M. Juventude e políticas públicas: os governos de FHC e LULA. In: Heloisa Dias Bezerra; Sandra Maria de Oliveira. (Org.). **Juventude no século XXI**: dilemas e perspectivas. 1ed.Goiânia-GO: Cãnone Editorial, 2013, v. 1, p. 131-150.

SPÓSITO, M. P. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação & Realidade**. 33 (2): 83-97, jul.-dez. 2008.

TOURAINÉ, A., 1998. Juventud y democracia en Chile. **Última Década**, 8 (1), 1998, pp. 71-87.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 2, São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Unicamp, 1995.